

ATA N.º 1/2013**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de treze de fevereiro de dois mil e treze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

PONTO 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimentos para alteração do PIOTAVD – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa. Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Eduardo Manuel Dâmaso Frederico, Luís António Mateus Pereira, António Domingos Brites Aguiar e José António Nascimento Lopes, que justificaram a sua falta, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e cinco membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta. Deu conhecimento do recebimento de um ofício da Câmara Municipal do Crato que dava conta de preocupações no que respeita à autonomia do poder local que, segundo aquele, urge defender e reforçar, informando que o mesmo se encontra arquivado e disponível para melhor consulta dos interessados.

De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

O senhor Presidente da Assembleia informou que a Assembleia Distrital de Viseu não tem reunido pelos motivos que foram já expostos em anteriores reuniões, designadamente pela falta constante de quórum.

Informou, depois, que a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual faz parte com os senhores Alberto Silva Fernandes e Luís Pereira não reuniu ainda este ano, prevendo-se que reúna a meio do presente ano, como é habitual.

Quanto à Comissão de Acompanhamento para a Revisão do PDM, informou que desde o seu início a comissão reuniu apenas uma vez, embora ele próprio tenha a preocupação de ir recolhendo informações acerca do trabalho que tem sido desenvolvido junto do coordenador da revisão. Sabe, deste modo, que o trabalho de revisão está bastante atrasado relativamente à calendarização inicial que apontava para uma proposta de revisão até ao final do ano de 2012. Foi, ao que sabe, há pouco tempo enviada pela Câmara a proposta de REN bruta à CCDRN, ainda não se tendo entrada na fase de proposta global e efetiva de ordenamento do território, o que lamenta.

Relativamente à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou que esta não reuniu.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter havido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Proteção Civil disse que a mesma também não reuniu.

Quanto ao Conselho cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes, informou que não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, o senhor Luís Paíga comunicou que este não reuniu.

O Conselho Municipal da Educação, do qual fazem parte os senhores Manuel Cordeiro e António Vicente, ainda não reuniu este ano. O senhor Presidente da Assembleia disse, porém, ter a informação de que o mesmo ainda não reuniu porque o Agrupamento de escolas ainda não fez chegar os resultados do primeiro período, prevendo-se que o mesmo reúna muito em breve.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins informou que estaria agendada uma reunião para o dia de ontem, mas devido às condições atmosféricas, esta adiada para o dia treze de março.

O senhor Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura da proposta de ata da reunião anterior por ter sido enviada aquando da convocatória, o que foi aceite por todos. Depois, o conteúdo da mesma foi posto à votação, tendo sido aprovada por maioria dos presentes, vinte e três votos favoráveis, com a abstenção dos senhores Álvaro Augusto Costa e Ana Maria Bessa Fonseca por não terem estado presentes naquela reunião.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que a Mesa tomou a iniciativa de elaborar um pequeno Relatório sumário da Atividade da Assembleia Municipal relativo ao ano de dois mil e doze, que se junta em anexo e que desta ata faz parte integrante, dando de seguida a palavra ao senhor Silva Fernandes para o ler e explicar, sendo o mesmo logo ali distribuído por todos os presentes.

De seguida, declarou abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Vladimiro da Silva iniciou a sua intervenção referindo-se ao relatório apresentado dizendo que, na sua opinião, estava bem elaborado e com assuntos de interesse de todos. Disse que este relatório tem propostas de decisão as quais devem ser tomadas pela Assembleia Municipal, pelo menos na próxima reunião, mas que algumas poderiam e deveriam ser tomadas nesta mesma reunião, nomeadamente a informação da Atividade da Câmara Municipal, o qual deveria ter uma análise mais explicada da execução orçamental que é referida. Se a função da Assembleia é acompanhar a ação do Executivo então devemos ser mais informados para o podermos fazer. Referiu-se, ainda, ao jantar de Natal da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal com os seus funcionários, propondo que, uma vez que estamos todos a trabalhar em conjunto para o concelho, nos deveríamos juntar num só jantar de Natal promovendo o convívio entre todos. Referindo-se, ainda, ao relatório concluiu que algumas comissões onde a Assembleia Municipal tem assento não funcionam e a única que aparentemente funciona é a que se, porventura, não deveria ter funcionado, pois é a única que nos leva o dinheiro, a única que dá dinheiro aos cofres centrais e não dá nada ao povo. Quanto às que não reúnem, entende ser pertinente que se citem os senhores presidentes dessas comissões para que informem sobre as razões do não funcionamento. Referiu-se, também, ao conteúdo das atas, designadamente no que toca à anterior, para dizer que entende que, sendo a ata um resumo do que se passou, há pormenores que não deveriam vir mencionados, referindo-se à intervenção do público nesta sessão. A propósito do Conselho Municipal da Educação, referiu que a escola de S. João da Pesqueira tem sido mal classificada a nível nacional, embora no ano anterior tenha melhorado significativamente os seus resultados, o que é muito importante em termos de imagem. Lembrou mais uma vez que propôs em reuniões anteriores que a Câmara Municipal atribuisse o nome do anterior Presidente da Câmara à Biblioteca Municipal. Disse que deveria ser a Câmara a tomar esta decisão até por uma questão de justiça, mas que se isso não acontecer, na próxima reunião fará chegar uma proposta à Assembleia para ser posteriormente votada. Referiu, ainda, que à entrada de Paredes da Beira, já há meses, há um buraco na estrada que já devia ter sido resolvido. Relativamente à Associação Cultural Pesqueirense, disse que é um grupo cultural desta terra que tem promovido a imagem de S. João da Pesqueira e que vale a pena vê-los e apoiá-los, designadamente fomentando a sua participação nas festas das nossas freguesias, assim como a outros grupos do nosso concelho, como, por exemplo, a Banda de Nageselo ou o Rancho Folclórico de Soutelo. Na verdade, refere, gasta-se muito dinheiro mal gasto com grupos que vêm de fora quando vale a pena aproveitar o que temos de bom e dar a mão aos nossos. Referiu, depois, que lamenta que tivesse estado em S. João da Pesqueira o senhor Secretário de Estado Regional e que os convites tivessem sido feitos em cima da hora. Quando se tem alguém com a máxima importância que nos visita tem que se tirar o máximo possível de dividendos destas

visitas, questionando se a sua experiência política no passado não poderia ter sido aproveitada pelo executivo para ajudar a analisar o que de melhor se poderia aproveitar com a presença do senhor Secretário de estado. Por isso não esteve presente.

O senhor Joaquim Monteiro lembrou que estamos no último ano de mandato e, por isso, está na altura de se apresentarem contas. E mais uma vez quis lembrar o que ainda não foi feito na sua freguesia. Disse que já se está no terceiro ano deste mandato e que as obras necessárias e prometidas para a sua freguesia ainda não foram realizadas. Não é fácil ser-se presidente numa freguesia como Ervedosa, pois os encargos são muito elevados, nomeadamente a energia e o aquecimento das escolas ou a limpeza urbana. Queria lembrar mais uma vez ao senhor presidente da Câmara a situação do Lugar das Bateiras, as fossas de Casais e Sarzedinho, o problema do cemitério, pois a população está cada vez mais idosa e este está a ficar cheio. É uma necessidade a existência de uma casa mortuária em Ervedosa, lamentando a resposta que lhe foi dada pelo senhor presidente da Câmara argumentando que as outras freguesias também não a tinham. Diz que não se incomoda com o que os outros têm, a ele preocupam-no as necessidades da sua freguesia. Quanto ao Lugar do Pendão, o orçamento é elevado, mas é preciso definir a situação, tem que se ir fazendo aos poucos. Quanto ao levantamento do Chão das Pereiras diz que este está pronto e era bom para as pessoas de Ervedosa que o projeto fosse mandado elaborar para futuramente se executar. Referiu, também, o problema das calçadas. Disse, ainda, que não gostou de saber que afinal para Ervedosa, depois de todos estes anos, a Câmara apenas deu pouco mais que novecentos metros de calçada, um valor muito reduzido para a dimensão da sua freguesia. Referiu, ainda, que fica muito triste por saber das dificuldades por que passamos e a facilidade com que são criadas algumas associações de jovens com o impulso de alguém do executivo, e às quais se vão atribuir apoios financeiros, não se sabendo bem que interesses estarão na base dessas associações de jovens. Depois há aquelas que funcionam bem, mas outras nem sequer funcionam e têm sempre uma verba para a manutenção. Deve-se ajudar as que fazem e mostram trabalho, e as outras se não trabalham não deveriam ter apoios. Na sua opinião há demasiadas associações em S. João da Pesqueira. Referiu-se especificamente a uma Associação mencionada numa ata da Câmara designada por Pesqueira Jovem, questionando o executivo acerca da sua finalidade. Há tantas facilidades para se criar uma associação e tantas dificuldades para se arranjar verbas para as freguesias. Reforçou, ainda, que o Executivo cumpriu muito pouco com o que prometeu à população de Ervedosa, mas que ainda tem seis ou sete meses para o poder fazer.

O senhor Adelino Lopes questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto da situação relativamente à derrocada na estrada que dá acesso à estação da

Ferradosa e S. Xisto, pois causa um grande transtorno às pessoas que vão apanhar o comboio e se dirigem para algumas quintas daquelas redondezas.

O senhor Vítor Monteiro, referindo-se à festa dos Saberes e Sabores, disse estar cem por cento de acordo com a realização deste evento. No entanto, não está totalmente de acordo com a composição do mesmo. Na sua opinião, os artigos ali vendidos deveriam ser todos do concelho, o que não acontece.

O senhor António Bastos questionou o Executivo sobre um concurso para a entrega a terceiros da Fiscalização da obra do Núcleo Museológico do Vinho, tendo conhecimento de que esta foi entregue a uma empresa externa, quando esta Câmara tem pessoas contratadas ao seu serviço que podem fazer facilmente essa fiscalização, significando uma poupança muito grande para o município. Alertou, ainda, sobre a situação passada no dia anterior relativamente à queda de neve, sendo da opinião de que não se deveriam ter deixado sair os autocarros com as crianças sem haver condições para tal. A Proteção Civil deveria alertar as escolas para não deixar sair os alunos, pois poderia haver problemas graves. Louvou a atitude de um funcionário da empresa de autocarros que se recusou a transportar os alunos de Vale de Vila com aquela neve, pois em primeiro lugar está a segurança das crianças. Primeiro deveria atuar a Proteção Civil e só depois, em condições de segurança, fazer o transporte de todas as crianças. Informou que o Museu de Trevões foi candidatado pelo Centro Social e Paroquial de Trevões e que este dignifica não só a freguesia mas também todo o concelho e até o país.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o que tinha dito ao senhor Joaquim Monteiro relativamente às casas mortuárias foi que as freguesias que tinham casas mortuárias foram construídas pelas próprias juntas de freguesia e que a Câmara, neste momento, não tinha possibilidade económicas para ajudar. Quanto ao memorando que foi feito com as juntas, este significou apenas saber o que cada freguesia precisava, mas há limitações monetárias. Tentou dar-se, na medida do possível, as respetivas ajudas. Quanto às associações, nem a Câmara nem a Assembleia têm competência para proibir que as mesmas se formem. É da competência social da população civil. Não têm que pedir autorização à Câmara para se formarem. Era bom que todas funcionassem bem. As associações são comparticipadas com subsídios que são atribuídos conforme as atividades que desenvolvem durante o ano. Tem-se tentado junto das associações de festas nas freguesias que contratem associações como bandas de música, ranchos folclóricos que sejam do concelho, sendo até dado mais um incentivo de duzentos e cinquenta euros. Enalteceu o trabalho e qualidade da Tuna de S. João da Pesqueira, da Banda de Nagoselo do Douro e do Rancho Folclórico de Soutelo do Douro. Quanto à

situação da derrocada mencionada pelo senhor Adelino Lopes, respondeu que era um assunto de grande preocupação da Câmara, pois é uma situação grave que tem a ver com grande movimentação de terras e com a instabilidade do próprio talude. Informou que é uma zona sujeita aos pareceres do IPTM e da ARH. Disse que já lá estiveram os dirigentes máximos das duas entidades de intervenção para se tentar arranjar uma solução e já se pediu um orçamento a várias empresas para a remoção das terras, mas a grande preocupação não é apenas limpar, pois isso seria fácil, a preocupação é estabilizar o talude, pois é uma zona de risco muito elevado. Está-se a trabalhar no sentido de se resolver o mais rápido possível. Relativamente à festa dos Saberes e Sabores, nem tudo é sempre bem feito. Há uma dinâmica que liga a festa não só ao concelho, mas à zona do Douro e às suas tradições e saberes, e também não queremos que os nossos artesãos sejam discriminados noutras feiras que se fazem na região. Quanto à data, refere que é aquela que nos dá a certeza de que há um maior movimento de pessoas, pois nesta altura as pessoas vão a Foz Coa para a flor da amendoeira e este é um ponto de passagem. Relativamente à fiscalização do Núcleo Museológico, disse que a ideia é ter alguém que faça o trabalho com qualidade. Não tirando o mérito dos técnicos que há na Câmara, quando se quer fazer tudo ao mesmo tempo alguma coisa fica para trás. É necessário que haja uma empresa que esteja ligada a cem por cento a este trabalho. Quanto à neve, informou que quando foi feito o contacto, a ordem foi de os autocarros saírem só quando a neve estivesse limpa das estradas. A Câmara e a Proteção Civil estavam a trabalhar em conjunto neste sentido. Informou ainda que receberam várias chamadas de pais a perguntar quando é que os meninos iam para casa.

O senhor Vladimiro da Silva elogiou a posição do Executivo de apoiar com um subsídio extra as comissões de festas que contratavam as associações da região.

O senhor Joaquim Monteiro reforçou mais uma vez que não lhe interessa o que têm as outras freguesias, mas sim o que falta na sua freguesia. Referiu que na sua freguesia também existe uma instituição que se candidatou ao QREN para aquisição de duas viaturas para apoio domiciliário e ainda não obtiveram resposta da Câmara e já as pagaram. Há critérios diferentes, referiu. Relativamente ao memorando com as juntas, foi feito um plano de intenções que foi acordado, mas que continua pendente. Diz que Ervedosa é a segunda maior freguesia e ainda tem muitas situações por resolver. Em termos de infra-estruturas o que foi feito é muito pouco. Relativamente às associações, há algumas que não trabalham e algumas que são criadas para interesses duvidosos e para os amigos. Rematou, dizendo que os senhores a caminhar assim qualquer dia não vão ter dinheiro para pagar ao pessoal da Câmara.

O senhor António Bastos disse não concordar com o senhor Presidente relativamente à contratação das empresas de fiscalização, pois, na sua opinião, não funcionam verdadeiramente. Disse que na Câmara há técnicos engenheiros civis contratados para tal e que, mesmo assim, a Câmara não tem tantas obras que não

possam ser os nossos engenheiros a efetuar a fiscalização. Relativamente à neve congratulou-se com o trabalho da proteção civil que espalhou salgema nas estradas dotando-as de transitabilidade a partir das quinze horas. Relativamente à festa dos Saberes e Sabores questionou a razão das bancadas irem a leilão, sendo o sorteio para não haver divergências quanto ao lugar em que se fica.

O senhor Joaquim Monteiro referiu-se ao dia anterior da neve, dizendo que também não foram avisados de nada nem pela Câmara nem pela Proteção Civil, o que lamentou, pois também em Ervedosa há uma instituição que tem crianças das várias freguesias que ficaram retidos.

O senhor Presidente da Câmara informou, relativamente à neve, que todos têm que trabalhar em conjunto, esperando que para o futuro haja mais informação e diálogo.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Joaquim Monteiro que disse concordar com o senhor António Bastos relativamente à fiscalização feita por empresas externas, pois a Câmara tem ao seu serviço quatro engenheiros e um arquiteto, que têm muito que fazer, mas que tem conhecimento que há engenheiros, mas não há fiscais. Que a orgânica da Câmara não está bem, não tem fiscais para obras municipais nem para obras particulares. Pela sua experiência ao longo dos anos todas as fiscalizações encomendadas a empresas deram problemas. É só para levar dinheiro. Na sua opinião, com os técnicos que a Câmara possui era possível fazer esta fiscalização facilmente e poupar dinheiro. Reafirmou a sua posição dizendo que não concordava com esta situação.

O senhor Presidente da Câmara informou que falou com vários engenheiros até fora do concelho e que todos eram da opinião que a melhor solução era contratar uma empresa específica para este trabalho. São técnicos que fazem apenas este serviço. São especializados nesta área. Não é tirar competências aos técnicos da Câmara, mas que diz ser apologista que sejam técnicos especializados para esta função. Reforçou, ainda, que os técnicos da Câmara estão disponíveis para ajudar não só a freguesia de Ervedosa, mas todas as outras freguesias que os solicitarem.

PONTO 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimentos para alteração do PIOTAVD – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro

O senhor Presidente da Câmara informou que fazendo dez anos o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro tem que ser obrigatoriamente reformulado, tratando-se, para já, apenas de uma proposta de abertura de procedimento que vai ser acompanhada pela CIMDOURO e depois do procedimento estar concluído vai ser apresentado e aprovado pelas Câmaras. É uma espécie de PDM mais vasto, pois é para a região e não um PDM para cada município.

Abertas as inscrições, começou por intervir senhor o Joaquim Monteiro dizendo acreditar que este Plano para o Alto Douro Vinhateiro nada tem contribuído a favor das populações mas pelo contrário, pelo que tem que haver mecanismos capazes para todas estas situações. Disse que queria deixar um alerta para o que tem vindo a acontecer no Alto Douro Vinhateiro, não só na sua freguesia, mas extensível ao Douro Vinhateiro. Desde que se começou a converter a vinha toda a gente fez projetos que foram aprovados. Fez-se tudo o que se quis sem fiscalização. Acontece que agora já há mais restrições, mas continua-se a fazer o que se quer. Deixaram de existir linhas de água que é o pior que está a acontecer na nossa região. As linhas de água estão a ir todas para os caminhos agrícolas e públicos. Andam-se a aprovar planos e não há nada que proteja ou possa vir a proteger situações destas. O Douro está a ser destruído desde a reconversão das vinhas sem fiscalização adequada. É que pode vir a acontecer em algumas partes do Douro, alerta, o que aconteceu na Madeira.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que concorda com o que foi dito, mas que esta é uma oportunidade de se poder defender o que achamos melhor ou pior. Em discussão pública devemos dar o nosso contributo.

Passou-se à votação da proposta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta do ponto 2 a fim de ter desde logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Tendo chegado à mesa um pedido de intervenção do público da senhora Maria de Lourdes Lopes Marinho Costa, de Ervedosa do Douro, presidente da CPCJ do concelho, foi-lhe dada a palavra.

Começou por dizer que não lhe agradou o que foi referido no relatório da Assembleia acerca da comissão a que preside, explicando o funcionamento da CPCJ.

O senhor Presidente da Assembleia interrompeu para esclarecer que o período de intervenção do público se destina a pedidos de esclarecimento do público e não

à prestação de esclarecimentos por parte do público. Porém, tratando-se de matéria de interesse para todos, decidiu dar a palavra à interveniente.

Continuou a interveniente reforçando que a comissão de proteção de S. João da Pesqueira foi considerada entre as quarenta e oito melhores a nível nacional, como um exemplo a seguir. Informou que está há três mandatos, o tempo máximo permitido por lei e que vai haver eleições em junho. Lamentou que a Câmara Municipal atribua verbas a outras associações, mas que para a CPCJ não exista verba do município. Esclareceu que não há nenhum deputado municipal que tenha assento na Comissão Alargada da CPCJ porque a lei não o prevê nem obriga, talvez porque a Comissão Nacional tenha entendido não politizar as comissões. É necessário ter um grande estofa para conseguir lidar com toda a gente que os possa ajudar. Reforçou que o relatório da CPCJ enviada à Assembleia se refere ao ano anterior e, na sua opinião, devia ter sido convocada para o vir defender. De seguida informou sobre a representação da Comissão. Disse que não tem que prestar contas, pois a comissão não recebe qualquer verba. Disse que agradecia publicamente a colaboração da Junta de freguesia de S. João da Pesqueira, da AITIED de Ervedosa, o Lar de Trevões e outros casos pontuais.

O senhor Presidente da Mesa disse que talvez a interveniente não tenha entendido bem o sentido do relatório apresentado pela mesa, relatório esse que é destinado apenas aos senhores membros desta Assembleia, documento reflexivo, pois o que se diz nele é apenas que faria sentido que estivesse representada na CPCJ pelo menos um membro da Assembleia, procurando trazer mais informação para além da que vem no relatório anual. Nunca o relatório diz em parte alguma, nem quer dizer, que a CPCJ deveria fazer mais do que o que faz. Aliás, agradecendo os esclarecimentos aqui prestados, o senhor Presidente da Mesa disse publicamente que reconhecia a enorme capacidade e dedicação da Presidente da CPCJ para estar à frente de tão digna comissão, até pelo conhecimento direto que tem por ser membro cooptado da mesma como jurista, agradecendo o contributo da mesma pela função que vem desempenhando.

O senhor Silva Fernandes disse que tinha uma estima pessoal pela senhora Presidente da CPCJ e que de forma alguma a Mesa associou a Comissão a qualquer Associação. Esclareceu que o que se pretende é que haja alguma informação durante o ano, o que foi feito pelas pessoas que foram nomeadas pela Assembleia. Não houve qualquer mistura da Comissão de Proteção de Menores com associações em qualquer pedido de esclarecimento.

O senhor Joaquim Monteiro pediu a palavra para esclarecer que quando mencionaram as associações percebeu também que não se estava a referir à CPCJ, mas sim a associações culturais, desportivas e outras. Disse que esta Comissão é muito importante e que deveria haver mais ligação entre a Comissão e os elementos locais.

A senhora Vice Presidente, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra ao senhor Presidente da Mesa, dizendo que o trabalho da senhora Presidente da CPCJ é meritório e que todo o trabalho voluntário é meritório, mas deixa de ser um ato de altruísmo quando queremos que seja constantemente valorizado e citado. A CPCJ é uma instituição discreta e de retaguarda. A CPCJ deve dar conhecimento do que faz, mas não deve relatar os casos com que trabalha que são de anonimato. Disse fazer parte da CPCJ e tirando a sua pessoa que tem tempo disponível e a representante da Educação que tem dezassete horas para esse efeito, todas as outras pessoas trabalham na CPCJ por vontade das instituições que as cooptaram. Toda a gente faz um trabalho meritório, fazem o que podem e sabem. Informou, ainda, que como membro desta Comissão sabia que o relatório das atividades da CPCJ ia ser aqui entregue. E entende que a senhora Presidente da CPCJ não tem que vir defender o mesmo. Ninguém aqui age de má fé e ninguém esconde nada. Esclareceu, ainda, que a CPCJ não tem uma verba da Câmara nem tem que ter, pois esta vem da Comissão Nacional diretamente para a Câmara. Essa verba serve para a manutenção da CPCJ. Esta Comissão não tem que ter dinheiro porque não precisa, tem instalações, tem fotocopiadora, todo o material logístico de que precisa e tem uma funcionária a tempo inteiro paga pela Câmara Municipal, que também disponibiliza carros para fazer as visitas domiciliárias sempre que são necessárias. Informou, ainda, que em todos os casos em que são referenciados com necessidades e carências, a Câmara, através da sua Ação Social Direta, não deixa faltar alimentos nem nada que seja fundamental para essa família. Há um fundo de maneiço que a CPCJ poderia ter e não é accionado, mas tem a ver com a Segurança Social e com as contas das pessoas que poderiam movimentar esse fundo de maneiço. A Câmara não dá subsídio à CPCJ porque não tem que dar, o subsídio que recebe do estado é para a manutenção da Comissão.

A Presidente da CPCJ disse que não se queixou pela Comissão não ter dinheiro, mas sim que não geriam dinheiro.

O senhor António Bastos disse que ficou baralhado relativamente a este assunto, pois a senhora Presidente da CPCJ tinha dito que não recebia apoio e afinal têm todo o apoio logístico e uma funcionária a tempo inteiro. Se assim é, não se pode dizer que as outras instituições recebem dinheiro e a CPCJ não recebe, pois afinal recebe mais que todas as outras.

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores Eduardo Frederico e José António Lopes por não terem estado presentes nesta sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

RELATÓRIO DA ATIVIDADE DE 2012 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

RELATÓRIO DA ATIVIDADE DE 2012 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

INTRODUÇÃO

O Relatório duma Organização deve ser um documento com o registo dos factos mais importantes de um determinado período, mas deve igualmente servir de reflexão que permita melhorias na atividade futura dessa Organização.

É esse o propósito deste documento.

1. CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira é constituída por vinte e nove membros, a seguir indicados, dos quais quinze são eleitos diretamente e catorze são os Presidentes das Juntas de Freguesia, por inerência do cargo:

Eleitos diretamente:

Manuel António Natário Cordeiro

Eduardo Manuel Dâmaso Frederico

Alberto Julio da Silva Fernandes

Sandra do Céu Sandar Baptista Clemente Sequeira

Luis António Mateus Pereira

Norberto Gonçalves Vieira

Luis Manuel Saraiva Paíga

Cátia Flipa Soares Monteiro Santana

Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca

Luis Manuel Veiga Calaixo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

Vitor Manuel Magalhães Monteiro
António Domingos Brites Aguiar
Maria da Conceição Manilha Guerra Gomes
Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva
Fernando José Martins Pereira

Presidentes de Junta de Freguesia:

António José Lopes Balça
Joaquim Olindo Magalhães Monteiro
Nelson Armando Azevedo
José António do Nascimento Lopes
José Fernando dos Santos
José João Bastos Pereira
António Augusto Gomes
Manuel Maria Martins
Joaquim Augusto Pereira Sá Meneses
António Manuel Froufe Bastos
Adelino do Nascimento Lopes
Artur Jaime Costinha
Álvaro Augusto Costa
António Augusto Vicente

A Mesa da Assembleia Municipal é presidida pelo Deputado Manuel António Natário Cordeiro, e os Secretários os Deputados Alberto Júlio da Silva Fernandes e Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

2. REUNIÕES

De acordo com o que se encontra legalmente estabelecido, a Assembleia Municipal reuniu em Sessões Ordinárias nos meses de Fevereiro (27), Abril (23), Junho (25), Setembro (28), e Dezembro (21).

Durante o ano de 2012 realizaram-se, ainda, três Sessões Extraordinárias pelos seguintes motivos:

- 8 de Junho - Apreciação e tomada de posição sobre a possível extinção do Tribunal de S. João da Pesqueira;
- 6 de Julho - Reorganização territorial das freguesias do concelho de S. João da Pesqueira;
- 23 de Novembro - Alteração da deliberação anterior para fixação do valor do Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos.

3. ACTIVIDADE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.1. SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS:

A atividade da Assembleia Municipal fica assinalada este ano por duas iniciativas, decorrentes da ameaça da possível extinção do Tribunal de S. João da Pesqueira e a reorganização territorial das freguesias.

Ambas as situações deram origem a Sessões Extraordinárias.

3.1.1. No caso da possível extinção do Tribunal foi apresentado um estudo pormenorizado e justificativo para a manutenção do Tribunal que, depois de apreciado e discutido, resultou numa Moção de Protesto dirigida a:

Presidente da Republica

Primeiro Ministro

Presidente da Assembleia da Republica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

Ministra da Justiça

Grupos Parlamentares na Assembleia da Republica

Comissões Distritais dos Partidos com Deputados eleitos por Viseu

Comissões Políticas Locais

Bastonário da Ordem dos Advogados

Conselho Geral da Ordem dos Advogados

Conselho Distrital da Ordem dos Advogados no Porto

Delegado da Ordem dos Advogados na Comarca de S. João da Pesqueira

Carta Aberta á Comunicação Social

Nota: O Estudo e a Moção constam da Ata da respetiva Sessão Extraordinária de 8 de Junho.

3.1.2. No caso da Reorganização Territorial das freguesias, foi criado por iniciativa da Assembleia Municipal um Grupo de Trabalho que estudou e elaborou uma Proposta que foi apresentada à Assembleia para discussão.

A Proposta e a decisão da Assembleia Municipal constam da Ata da Sessão Extraordinária de 6 de Julho.

3.2- SESSÕES ORDINÁRIAS

Quanto à atividade no âmbito das Sessões Ordinárias devemos destacar os seguintes pontos:

3.2.1- Aprovação de Regulamentos:

- Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais
- Licenciamento de Exercício de Atividade
- Serviço de Abastecimento Publico de Agua
- Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas
- Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

- Uso do Fogo
- Licenças de Ocupação e Utilização das Feiras;

3.2.2- Aprovação dos Estatutos da Associação para o Desenvolvimento das Aldeias Vinhateiras;

3.2.3. Assuntos ainda por resolver ou sem informação da sua resolução à Assembleia Municipal:

- Delimitação da Reserva Agrícola no território do Município (Direção Regional da Agricultura e Pescas do Norte – DRAP)
- Revisão do Plano de Diretor Municipal – PDM
- Ligação rápida à A24 (Pedido ao Ministério dos Transportes em conjunto com a Câmara de Tabuaço e de Armamar)
- Delimitação do território da freguesia de Trevões, com o concelho de Penedono
- Crise Vinícola do Douro (Dossier apresentado ao Ministério da Agricultura, em conjunto com a Câmara de Peso da Régua, de Freixo de Espada à Cinta e da CIMDOURO)
- Subsídios do QREN (meio milhão de Euros)
- Candidatura de valorização dos espaços florestais
- Alteração da classificação da freguesia de S. João da Pesqueira como freguesia rural
- Associação de Penedono e Tabuaço a S. João da Pesqueira para manutenção do Tribunal em S. João da Pesqueira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

4. FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.1. PRESENÇAS:

No total das oito Sessões da Assembleia durante o ano (5 Ordinárias e 3 Extraordinárias) registaram-se vinte e nove faltas, todas elas justificadas. Taxa de absentismo de 12,5%.

As faltas estão distribuídas por treze deputados, pelo que dezasseis dos Deputados não faltaram.

Dos treze com faltas:

Dois faltaram 4 vezes

Três faltaram 3 vezes

Quatro faltaram 2 vezes

Quatro faltaram 1 vez

4.2. INTERVENÇÕES:

No cálculo das intervenções dos membros da Assembleia Municipal consideramos todas as vezes que um Deputado usou da palavra ou replicou, encontrando assim um total de 115 intervenções nas oito Sessões.

Destacamos que quatro Deputados fizeram mais de 20 intervenções, três fizeram entre 15 e 19 intervenções, e nove Deputados entre 1 e 10 intervenções.

Excluindo os membros que integram a Mesa da Assembleia, verificamos que dez Deputados não usaram da palavra em qualquer uma das oito sessões realizadas durante o ano, o que representa 38,5% dos Deputados sem qualquer intervenção.

Quanto a intervenções do público, apenas se registou uma intervenção ao longo de todo o ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

4.3. CUSTOS:

A Assembleia Municipal funcionou durante 26,15 horas que custaram cerca de € 20.000,00, assim distribuídos:

Senhas de presença	€ 15.081,93
Ajudas de Custo (deslocação)	€ 4.335,16
Colaboradores	cerca de € 750,00
TOTAL	€ 20.167,09

Não foi possível obter outros custos como papel, fotocópias, telefone, internet, água e luz, bem como a ocupação do próprio espaço etc.

Podemos concluir, sem grande margem de erro, que cada hora de funcionamento da Assembleia teve um custo de € 1.000,00, ou seja, o equivalente a dois salários mínimos.

Este número deve servir de reflexão sobre a eficácia e eficiência da Assembleia Municipal.

5. REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NAS DIVERSAS ORGANIZAÇÕES

No início do ano de 2012 a quase totalidade das entidades com representação da Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira já não reuniam há cerca de seis meses.

Durante o ano de 2012 a realidade foi a seguinte:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

5.1. ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO – CIMDOURO

Representantes:

Alberto Silva Fernandes

Luis Pereira

Manuel Cordeiro

Reuniu três vezes durante o ano (Março, Setembro e Dezembro)

Os assuntos tratados foram reportados a Assembleia Municipal e constam das Atas da Assembleia Municipal.

Nota: A reunião de Dezembro da Assembleia da CIMDOURO teve lugar em S. João da Pesqueira.

5.2. ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VISEU

Representantes:

António Balça

Manuel Cordeiro

Não reuniu durante o ano (sempre por falta de quórum).

5.3. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

Representante:

Manuel Cordeiro

Reuniu apenas uma vez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

5.4. COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Representante:

António Balça

Reuniu duas vezes durante o ano.

5.5. COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA

Representante:

Norberto Vieira

Não reuniu durante o ano.

5.6. COMISSÃO DA PROTECÇÃO CIVIL

Representante:

António Bastos

Reuniu uma vez durante o ano.

5.7. CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

Representante:

Adelino Lopes

Não reuniu durante o ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

5.8. CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES* DOURO SUL

Representante:

Luis Paíga

Não reuniu durante o ano.

* agrupamento dos centros de extensão de saúde

5.9. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Representantes:

António Vicente

Manuel Cordeiro

Reuniu uma vez durante o ano.

5.10. NÚCLEO SOCIAL DE INSERÇÃO

Representante:

Manuel Martins

Reuniu todos os meses.

As Atas da Assembleia Municipal registam o resultado das reuniões do Núcleo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

5.11. RESUMINDO:

DAS DEZ ORGANIZAÇÕES EM QUE A ASSEMBLEIA MUNICIPAL SE ENCONTRA REPRESENTADA:

- QUATRO NUNCA REUNIRAM:

Assembleia Distrital de Viseu
Comissão Municipal de Toponímia
Conselho Cinegético Municipal
Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul

- TRÊS REUNIRAM UMA VEZ:

Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM
Comissão Municipal de Educação
Comissão da Proteção Civil

- UMA REUNIU DUAS VEZES:

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

- UMA REUNIU TRÊS VEZES:

Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro - CIMDOURO

- UMA REUNIU TODOS OS MESES (12vezes):

Núcleo Social de Inserção

COMENTÁRIO/ SUGESTÃO:

A Assembleia Municipal deverá refletir sobre o não funcionamento de algumas destas Organizações e avaliar do interesse das mesmas.

Transmitir ao responsável de cada uma das entidades, ou a quem de direito, a necessidade de reformular o atual estado de funcionamento das Organizações, ou questionar mesmo a sua existência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

6. COMISSÃO DE PROTECÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Abordamos esta entidade separadamente porquanto a Assembleia Municipal indicou três elementos para integrar esta Comissão, não sendo nenhum deles membro da Assembleia Municipal.

Este facto impede que durante todo o ano não tenha a Assembleia Municipal notícia ou qualquer reporte da sua atividade.

Esta Comissão reveste-se da maior relevância social. A Assembleia Municipal não pode limitar-se a tomar conhecimento do que foi a atividade da Comissão apenas através do Relatório Anual.

COMENTÁRIO/SUGESTÃO:

- Em próxima nomeação de elementos pela Assembleia para esta Comissão deve ser indicado pelo menos um membro desta Assembleia Municipal, que dará notícia da sua atividade da Comissão nas Sessões da Assembleia Municipal.

- Havendo lugar a alguma substituição ela deverá ser preenchida por um membro da Assembleia.

- Em face da situação presente deve ser estabelecido contacto institucional da Assembleia Municipal com a Comissão, para que seja presente, em data anterior a cada uma das Sessões da Assembleia, uma informação sobre a atividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

7. INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Informação da Atividade Municipal apresentada pelo Executivo à Assembleia Municipal relativa a cerca de dois meses de atividade tem normalmente características



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

telegráficas, com conteúdo de reduzida substância sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo. A situação financeira é, também, apresentada fotograficamente.

Esta informação deveria ser pormenorizada e correlacionada com a execução orçamental, pelo menos em relação às grandes rubricas do Orçamento.

A Assembleia Municipal aprova o Orçamento e não acompanha de perto a sua execução, como lhe compete.

8. PROPOSTAS/SUGESTÕES

A - A Assembleia Municipal deve ser informada fundamentalmente da atividade substantiva do Executivo, exercida no sentido da promoção e desenvolvimento do concelho.

B - Deve ser enviada carta às Entidades que não reuniram durante o ano, ou reuniram poucas vezes, lamentando e indagando as razões do sucedido e solicitar ao Presidente ou responsável dessas entidades para virem à Assembleia Municipal prestar esclarecimentos.

C - A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco deve ter um elemento que seja membro da Assembleia.

Enquanto isso não se verificar deverá ser solicitado à referida Comissão que disponibilize informação para ser presente em cada uma das Sessões da Assembleia Municipal.

D - Os Deputados na Assembleia da República, eleitos pelo Distrito de Viseu e eventualmente por Vila Real, deverão ser informados das Sessões da Assembleia Municipal, e respetiva Agenda.

Deverão igualmente ser convidados para uma ou duas reuniões anuais em S. João da Pesqueira para apresentação e discussão dos assuntos da Região e do concelho, bem como para informarem da atividade da Assembleia da República e deles próprios na defesa dos interesses da Região e das suas populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sjpesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

9. NOTA FINAL

Conforme referimos no início deste relatório, registamos os factos, mas pretendemos que seja igualmente um documento-base para uma reflexão individual e coletiva:

- Sobre a atividade desenvolvida pela Assembleia Municipal;
- Do contributo que a mesma refletiu no desenvolvimento do concelho e melhoria da qualidade de vida das populações;
- Sobre as propostas que aqui deixamos expressas, com eventual alteração de procedimentos no âmbito das suas competências e representação;
- A reflexão proposta não poderá ignorar a Reforma do Poder Local, que se encontra em curso.

Devemos referir que está prevista a votação do diploma sobre a reforma do poder local para a primeira quinzena de Março).

Dela apenas sabemos que as Comunidades Intermunicipais ganharão competências, designadamente tributárias, atualmente exercidas pelos municípios.

Quais as repercussões desta Reforma nas Assembleias Municipais?

- Composição?
- Funcionamento?
- Poderes e competências?
- Responsabilidade?
- Etc.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

TELEF. 254 489999 * FAX: 254 489989 * Email: assembleia.municipal@sipesqueira.pt

5130-321 S. JOÃO DA PESQUEIRA

Contribuinte N.º 506892646

São estas questões que deverão ser conhecidas e debatidas na reflexão proposta, para que dela resulte alguma melhoria do nosso trabalho em benefício das populações que servimos.

AGRADECIMENTOS

* Importa reconhecer a colaboração recebida do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores, que muito nos honrou e agradecemos.

* A todos os colaboradores da Câmara Municipal o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre demonstrada, em particular aos que se encontram diretamente ligados à atividade da Assembleia Municipal.

* Aos Senhores Deputados Municipais o testemunho de apreço pela forma como desenvolveram a sua atividade, permitindo que os trabalhos e a sua condução fossem um bom exemplo de urbanidade e cidadania.

S. João da Pesqueira, 28 de Fevereiro de 2013

Manuel António Natário Cordeiro
Presidente da Assembleia Municipal

Alberto Júlio da Silva Fernandes
Secretário

Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca
Secretário
